

## RESOLUÇÃO Nº 0036/2015 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 26649, em nome da empresa Fioretur Transporte e Turismo Ltda, conforme Processo nº 201300029001356.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o disposto na Resolução nº 005, de 08 de fevereiro de 2008, do Conselho de Gestão da AGR, que trata da regulamentação da prestação dos serviços especiais do transporte coletivo rodoviário, intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, o cadastramento de seus operadores e as formas de licenciamento;

Considerando que o interessado apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica a qual é adotado na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Fioretur Transporte e Turismo Ltda, infringiu o art. 53, inciso V, da Resolução 005/2008-CG, por não portar no veículo durante a viagem a apólice de seguro de responsabilidade civil, no percurso Paranaiguara / São Simão, foi autuada em 28/02/2013, nos termos do auto de infração nº 26649;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 23/01/2015,

### R E S O L V E:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 26649, em nome da empresa Fioretur Transporte e Turismo Ltda, por constar nos autos documentos que comprovam que o veículo não era propriedade do autuado na época da autuação,

Art. 2º A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do § 8º, art. 19, da Lei nº 13.569/1999, acrescido pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 23 dias do mês de janeiro de 2015.

Luiz José de Oliveira Júnior  
Coordenador

JMRF